

MELLO, Marco Antônio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, 500 p.

ANA BEATRIZ ESTEVES¹
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v22i22p352-357

Em abril de 1960 era publicado no jornal O Estado de São Paulo o primeiro grande estudo sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, idealizado e executado pela SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais. O estudo, intitulado “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, foi um marco histórico da realização de pesquisa sobre favelas, combinando uma abordagem qualitativa e quantitativa do tema que até então não havia sido utilizada nas discussões acerca da temática das favelas no Brasil.

A comemoração dos 50 anos de publicação do estudo fundamentou a realização do Colóquio “Aspectos Humanos da Favela Carioca: Ontem e Hoje”, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010 com a finalidade de pautar os principais temas discutidos no estudo a partir de uma visão atualizada dessas questões, bem como comentar e favorecer a compreensão histórica que marcou a publicação do estudo na década de 1960.

O livro “Favelas Cariocas – Ontem e Hoje” é um produto da reunião das discussões realizadas no Colóquio, que resgata não apenas as condições sociais e políticas que deram vazão à publicação do estudo sobre as favelas cariocas, mas também propõe discussões sobre represen-

tações sociais, direito e produção da moradia nas favelas do Rio de Janeiro.

Sua organização, realizada por Marco Antônio da Silva Mello, Luiz Antônio Machado da Silva, Leticia de Luna Freire e Soraya Silveira Simões, está dividida segundo esses três eixos orientadores, sendo a primeira parte do livro intitulada “O relatório da SAGMACS e a favela como objeto das pesquisas sociais”, a segunda parte, “Representações e dinâmicas da produção da moradia e do direito nas favelas cariocas”, e a terceira parte, “Antigos e Novos Desafios para as Favelas Cariocas”.

A primeira parte do livro consiste em sete artigos, inaugurados por José Arthur Rios, com o capítulo “Aspectos Humanos das Favelas Cariocas – 50 anos: uma avaliação”. Rios declara o imperativo de recordar as origens e motivações que tornaram possível a realização do estudo, além de se questionar sobre os possíveis efeitos de sua publicação. O autor resgata o histórico de Louis-Joseph Lebret, fundador do movimento Economia e Humanismo na década de 1940, que deixaria sua marca na concepção do estudo da SAGMACS, órgão representante no Brasil, do movimento fundado por Lebret. Rios aponta que a encomenda do estudo se deu em função da transferência da capital para Brasília, solicitado para ser porta-voz, em meio aos discursos de desenvolvimento acelerado proposto

pelo governo de Juscelino Kubitschek, das mazelas enfrentadas pela atual capital federal, personificadas na questão das favelas cariocas.

O artigo “A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje”, de Luiz Antônio Machado da Silva, segue apontando a importância do estudo, exaltando a combinação de metodologias quantitativas e qualitativas de análise e aquilo que ele chamou de produção autônoma do conhecimento, referindo-se à não obrigatoriedade de gerar dados para alguma política pública específica, mas apenas o compromisso com a investigação mais completa e minuciosa quanto possível da realidade estudada. Além disso, ressalta com veemência a necessidade de evitar o anacronismo na leitura do estudo, que deve ser visto como objeto e produto de um período histórico específico, com seu contexto político e arena de disputas característicos. Machado da Silva aponta as peculiaridades do desenho da pesquisa proposto, altamente inovador para o período em que foi executada. Em seguida, o autor questiona os motivos pelos quais a academia logo se desinteressou do estudo, apontando as causas políticas que, segundo ele, teriam colocado o estudo em desuso tão rapidamente. O artigo ainda destrincha a lógica da reflexão proposta pelo estudo da SAGMACS, identificando seus dois eixos estruturantes: a) a dimensão social das favelas e b) a dimensão urbanística das favelas. Seria de dois tipos a orientação para intervenção decorrentes das análises feitas: a) evitar a proliferação das favelas e b) defender a urbanização das favelas, em resposta à recusa das políticas de despejo ou remoção.

Licia do Prado Valladares, em seu artigo “A descoberta do trabalho de campo em ‘Aspectos Humanos da Favela Carioca’”, propõe uma análise do estudo sob a ótica de um encontro entre duas vertentes de pensamento: *Economie et Humanisme* e a sociologia da Primeira Es-

cola de Chicago. A autora revela as condições históricas que tornaram possível a atuação de Le Bret no Brasil e como se deu o processo de aplicação da metodologia da corrente de pensamento *Economie et Humanisme* na pesquisa sobre a realidade das favelas encomendada pelo estudo. Na aproximação entre as duas correntes, a autora aponta algumas similaridades importantes, que marcaram a complexidade e inovação trazidas pelo estudo da SAGMACS, a exemplo da importância da pesquisa empírica e da observação para compreensão dos processos sociais, a utilização simultânea de dados primários e secundários, a importância da representação gráfica, o interesse por pesquisas orientadas para a ação social e a abordagem multidisciplinar dos fenômenos sociais.

Na sequência, Maria Laís Pereira da Silva, em “Os urbanistas e seu debate: reflexões sobre ‘Aspectos Humanos da Favela Carioca’”, debruça-se sobre a abordagem urbanística pioneira proposta pelo estudo da SAGMACS. Segundo a autora, o estudo sobre as favelas cariocas apresenta as bases de uma teoria urbanística que só viria a se consolidar no Brasil décadas adiante. Segundo a autora, em resposta à tendência geral de posicionamento contrário à existência das favelas, o estudo sobre as favelas cariocas inova no sentido de mostrar a favela como parte estrutural da condição urbana, com suas características específicas e sua diferenciação interna. A autora comenta a orientação do estudo no sentido de defender um planejamento urbano capaz de realmente gerenciar os aspectos que provocam a proliferação das favelas, trabalhando em prol do bem comum por meio da busca de soluções diferenciadas para questões que são, por definição, diferenciadas para cada favela, com suas peculiaridades, histórico e população.

Paulo Kanuss e Mário Sérgio Brum, no artigo “Encontro marcado: a favela carioca como

objeto de pesquisa histórica”, abordam a favela como objeto de estudo dos historiadores, resgatando o pequeno volume de pesquisas históricas cujo objeto tenha se debruçado sobre a realidade das favelas. Os autores apontam a relevância do estudo da SAGMACS no sentido de afirmar a necessidade de considerar a favela como objeto de estudo a partir da perspectiva histórica. Nesse sentido, as perspectivas do estudo da favela sob a ótica da história se reconfiguram a partir da “descoberta” da memória dessas comunidades, que passa a ser a matéria-prima da construção do entendimento do presente, por meio da reconstrução dos passos que terminaram por caracterizar a realidade dessas localidades. A história das favelas passa a se construir academicamente a partir de uma transgressão ao padrão economicista que até então tinha marcado a produção científica a respeito do tema, marcando a inauguração dos moradores das favelas como sujeitos de sua própria história, vocalizada por eles mesmos.

Os dois artigos seguintes, “O Assistente Social e as favelas”, de Cezar Honorato, e “SAGMACS, Serviço Social e favelas cariocas: referência e/ou produto de um contexto histórico”, de Maria de Fátima Cabral Marques Gomes e Bruno Alves de França, levantam a questão da importância da participação do assistente social na construção do estudo sobre as favelas cariocas e na própria construção e intermediação da relação entre Estado e políticas públicas voltadas para lidar com a questão das favelas. O caminho da profissionalização do assistente social como executor de políticas sociais e agentes de transformação da realidade marcou a construção da relação entre o morador da favela e o assistente social. Se, originalmente, a profissão havia sido fundada sob justificativas paternalistas, a influência do pensamento acadêmico, condicionado às intensas questões políticas e ideológicas maturadas ao

longo dos anos, acaba por redefinir os contornos da profissão, que termina por inaugurar novas formas de atuação do assistente social nas favelas, com um grau maior de independência das influências da construção católica que marcou a sua fundação.

A segunda parte do livro é iniciada com o artigo de Mauro Amoroso, “Duas faces da mesma fotografia: atraso *versus* progresso na cobertura fotoperiódica das favelas do *Jornal*”. Nele, o autor resgata a cobertura jornalística de dois eventos marcantes relacionados às favelas cariocas, evidenciando como a imagem fotográfica se prestou à construção de representações sociais problemáticas das favelas, constantemente construídas a partir da dicotomia simbólica entre progresso e atraso na capital federal.

Janice Perlman, em seu artigo “Favelas Ontem e Hoje”, procura refletir sobre mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro. Sua pesquisa longitudinal, iniciada em 1968 e retomada após 30 anos, procurou analisar os diferentes perfis das populações moradoras das favelas cariocas, levantando a questão da marginalidade como aspecto definidor das representações sociais que, ao longo das décadas, teve influência cada vez maior na construção da imagem dessas pessoas. A autora aponta a metamorfose da simbologia da marginalidade criada acerca do favelado, que vai culminar, mais recentemente, na associação do medo às ideias relacionadas à vida do morador da favela, marcadas, principalmente, pela expansão do cenário relacionado às drogas nesses espaços de convivência.

“Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas”, artigo de Gerônimo Leitão, dedica-se à discussão sobre os discursos que ainda insistem em considerar as favelas como um todo homogêneo, indiferenciado. Para o autor, a intensa diversidade observada entre as muitas favelas cariocas indica, como já apontado no

estudo da SAGMACS, que as favelas são produtos de contextos históricos e de diferentes arranjos sociais que, combinados, produzem realidades peculiares e diversas. O autor discute as favelas mais próximas da realidade rural e as marcadamente urbanas, questiona as diferentes formas de uso e ocupação do solo, bem como a ideia de a favela ser uma etapa intermediária de acesso à cidade, afirmando a sua consolidação como moradia permanente frente às condicionantes dos mercados imobiliários urbanos.

Rafael Soares Gonçalves, no artigo “Da política da ‘contenção’ à remoção: aspectos jurídicos da favela carioca”, dedica-se à discussão da construção jurídica favela, resgatando o histórico das diferentes legislações aplicadas ao tema. O autor assinala o potencial da legislação brasileira para a viabilização de uma intervenção adequada nas favelas, no sentido de viabilizar a ideia de função social da propriedade urbana em termos jurídicos. Aponta também as dificuldades que ainda atrasam o processo de suavização das profundas desigualdades socioespaciais observadas no contexto urbano, principalmente em função dos aspectos imobiliários e dos conflitos fundiários que marcaram a construção da favela como objeto da legislação brasileira.

Em “A configuração da propriedade imobiliária em favelas e seus processos de formalização: análise a partir de um estudo de caso”, Alex Ferreira Magalhães discute a questão dos diferentes sistemas de formalização da propriedade imobiliária em favelas, debatendo os processos que dão origem à legitimação, publicidade e registro da posse da moradia urbana nessas localidades. O autor estuda os casos da favela do Parque Royal e da Comunidade da Quinta do Caju, propondo uma discussão sobre as diferentes formas de formalizar a vida social das favelas, conferindo legitimidade jurídica às suas práticas de reprodução internas.

Cláudia Franco Corrêa, em “Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas”, discute, por meio de uma análise histórica das possibilidades de inclusão social dos menos favorecidos mediada pela legislação brasileira, as reais possibilidades de regularização da terra e acesso à posse da propriedade nas favelas. O direito da laje, como a autora chama a prática analisada em seu estudo de caso, suscita reflexões sobre uma nova modalidade de organização das construções das favelas, que tendem a se verticalizar em função dessa prática da venda do direito de construir. O artigo suscita novos questionamentos a respeito das possibilidades de reconhecimento da cidadania do morador da favela por meio dos processos de regularização da propriedade, que deve estar orientado, sobretudo, para a garantia da dignidade humana.

A terceira parte do livro começa com o artigo “A favela na cidade-commodity: desconstrução de uma questão social”, de autoria de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Marianna Olinger. Os autores fazem um resgate histórico das representações sociais que foram construídas em torno da imagem da favela e de seus moradores e relacionam estas representações com os diferentes padrões das políticas públicas colocadas em prática junto a essas populações ao longo do tempo. Adicionalmente, os autores discutem os mecanismos pelos quais as representações sociais sobre a favela se metamorfosearam, à luz do valor de mercado consumidor que elas passaram a representar. Um novo nicho de consumo preparou as bases para a consideração da favela a partir de um novo prisma, que convive, entretanto, com as mesmas velhas representações sociais acerca da favela que tem se visto historicamente, num dilema que, ao mesmo tempo em que recria a ideia da submissão da cidade ao imperativo do divertimento, se vê colocada frente à necessidade de explorar

um enorme mercado consumidor – as favelas – constantemente em expansão.

Maria Julieta Nunes, no artigo “A habitação popular na revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro”, traz uma discussão acerca do Plano Diretor como ferramenta de planejamento urbano e sua interface com a questão da habitação. A autora discute o processo de construção e, principalmente, de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro, privilegiando a abordagem do discurso desenvolvido nos documentos e a maneira com que são vistas as necessidades relacionadas à habitação popular nos grandes centros urbanos. Para ela, a constatação da análise do documento é a reinvenção de um velho discurso que promove novas segregações socioespaciais, impede a efetivação do usufruto do direito à cidade e, adicionalmente, contribui para a estigmatização das favelas e para um resgate das políticas de remoção e proteção das áreas valorizadas do espaço urbano.

O artigo “Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade”, de Marcelo Baumann Burgos, traz novamente a questão da construção das representações sociais da favela ao longo da história. O autor trata especificamente das peculiaridades da relação entre representação social e intervenção política no contexto do Rio de Janeiro, fazendo um contraponto com outras grandes cidades que também foram colocadas à frente da questão das favelas. Segundo ele, no Rio de Janeiro, a questão das favelas se tornou imperativa e inesgotável, reproduzindo-se em torno de uma cultura da violência que acabou por se configurar um discurso justificador das novas políticas e modelos de intervenção nas favelas cariocas.

Jorge da Silva, em “Favelas e violência no Rio: sem conflitos, entre o sonho e o pesadelo da apartação”, propõe uma discussão que gira em torno do prisma a partir do qual se observa a favela: a favela como objeto, em vez do tratamento dos sujeitos de direitos para quem deve-

riam ser feitas as políticas públicas relacionadas ao tema. O autor discute a intensa arena de conflitos na qual estão colocadas as demandas relacionadas às favelas: tanto as necessidades e interesses dos seus moradores, quanto o desejo de remoção das favelas por parte de outros setores da sociedade. Nesse sentido, a discussão se desdobra para uma questão relacionada à segregação promovida entre a cidade e a favela, que, em última instância, estabelece uma fobia pelo diferente e cria as bases para uma separação tão profunda que materializaria uma espécie de apartação, justificada como política de contenção de um estado de violência exacerbado e característico desse “outro lado”, as favelas.

“As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas”, de Jailson de Souza e Silva, e “A UPP e o processo de urbanização na favela de Santa Marta: notas de campo”, de Neiva Vieira da Cunha e Marco Antônio da S. Mello, propõem reflexões sobre a atuação das UPP’s nas favelas no Rio de Janeiro. O primeiro trata novamente da influência das representações sociais sobre a favela no delineamento das políticas públicas nela enfocadas, especialmente no tocante à segurança pública. Discute as metamorfoses que essas representações sofreram em função da atuação das UPP’s, abordando as novas configurações que redefiniram as relações entre órgãos estatais, instituições influentes na cidade e o próprio espaço dos moradores de favelas, inclusive discutindo a naturalização da ação bélica dos policiais na abordagem de áreas de favelas e periferias.

No segundo artigo, os autores fazem uma abordagem da questão das UPP’s a partir de uma perspectiva etnográfica. Acompanhando as atividades de implantação da UPP na favela de Santa Marta, os autores apontam a necessidade de considerar os desdobramentos da efetivação da intervenção da UPP a partir da questão da formalização de processos e práticas

da vida informal da favela. Os resultados relacionados à pacificação da favela se contrapõem, em um dilema importante sobre a efetivação do direito à cidade, ao real aumento do custo de vida em Santa Marta, traduzido em formalização da prestação de serviços públicos, por exemplo, e consequente expulsão gradativa daqueles que não puderam custear essa alteração no cenário da favela. Em última instância, a valorização do local e o encarecimento da vida na favela acabam reproduzindo a lógica de segregação socioespacial, na qual há um afastamento das populações empobrecidas dos centros das cidades e da oferta dos serviços e benesses proporcionados pela vida nos centros urbanos.

O posfácio do livro reproduz a palestra de encerramento do Colóquio, no qual Colette Pétonnet faz uma leitura da sua vida de pesquisadora e das suas incursões etnográficas pela Antropologia Urbana Francesa.

Na sequência, encerrando o livro, é apresentada a seleção de fotografias produzidas pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le-Metro/IFCS-UFRJ) como parte das atividades da realização do Colóquio.

Cumpre salientar, ao finalizar a leitura do livro, a importância da compilação dos artigos

produzidos e das falas realizadas para o Colóquio de comemoração do cinquentenário da publicação do estudo da SAGMACS. A desmistificação das representações sociais da favela e de seus moradores, bem como a reflexão, principalmente, sobre as novas políticas de habitação e de segurança pública, é importante porque propõe uma abordagem emancipadora dos sujeitos escondidos nessa grande categoria favela/favelado. Também assinala que as questões relacionadas aos dilemas, conflitos e possibilidades associadas ao complexo ambiente urbano não param de suscitar questionamentos e provavelmente ainda serão objeto de muita discussão, construção, desconstrução e reflexão da produção acadêmica daqui por diante, até que, minimamente, consiga-se delinear novas formas reais e profícuas de lidar com todas essas informações.

Notas

1. Socióloga (UnB/2009), mestre em Sociologia (UnB/2012), consultora da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE para preparação, execução e avaliação de programas sociais.

autora **Ana Beatriz Esteves**
Mestre em Sociologia / UnB